



Escola Secundária Serafim Leite
Comissão de Elaboração, Desenvolvimento e Acompanhamento do Projecto Educativo (e PCE).

Projecto Educativo de Escola

2010-13





1. – INTRODUÇÃO

Pretende-se que este *Projecto Educativo de Escola* (PEE) seja um documento que defina o horizonte pedagógico da sua (nossa) comunidade educativa, da sua (nossa) Escola. Deverá emergir de uma vontade/necessidade de criar espaços de autonomia que permitam definir uma identidade estrutural e operacional face aos seus ideais.

Traçando o percurso pedagógico ao longo dos anos, dará coerência e unidade às actividades educativas que se vão/pretendem desenrolar.

Deverá ser capaz de permitir à *nossa* Escola, a apropriação de um necessário espaço de liberdade, afirmando-a, face à comunidade, como detentora de um projecto que lhe propiciará a identificação e o reconhecimento. Ainda que sujeita a preceitos legais, deverá constituir-se como uma realidade distinta, inserindo os actores sociais que a instituem e organizam, num imprescindível entrosamento de interacções produzidas, onde deverá transparecer a diversidade, a identidade que se quer ver representada.

Enquanto imagem antecipadora do caminho a seguir para conduzir a um estado de realidade, não deverá ser apenas intenção mas, essencialmente, acção. Essa, deverá trazer um valor acrescentado ao presente, a concretizar no futuro, materializando-se no “projecto agido” que engloba o projecto projectado, o projecto processo e o projecto produto.

Assumindo-se como uma ideia para uma transformação do real e a sua concretização, deverá conduzir a essa transformação, não se esgotando nas estéticas relações de boas intenções, mas definido, distintamente, os perfis de mudança desejados, no claro pressuposto

da importância dos processos e procedimentos. Algo que não está fechado mas que concretiza o caminho a seguir pela Escola, perspectivando o seu dinamismo e a sua identidade própria.

Elaborado com base num diagnóstico prévio da realidade da Escola – levantamento não apenas das dificuldades e obstáculos, mas também das potencialidades e recursos disponíveis – traçam-se metas e finalidades a perseguir, bem como as políticas a desenvolver, de forma a um encaminhamento para um Ideal de Escola,

Não o queremos utópico e, portanto, inalcançável. Antes o defendemos como expressão de princípios e intenções, integrando uma proposta de programa coerente de iniciativas práticas, em profícua simbiose com o *Projecto Curricular de Escola* (PCE), *Plano Anual de Actividades* (PAA), *Projectos Curriculares de Turma* (PCT) e *Regulamento Interno* (RI).

Pretende-se este *Projecto Educativo* como um documento/instrumento que deve ser desejado e não imposto. Por isso o queremos envolvente, viável, global, participado, operacional e exequível, potenciador de negociações e construtor de consensos. Inacabado, porque em sistemática construção, mas assumindo-se como garantia do sucesso educativo.



2. – PRINCÍPIOS E VALORES

O mundo nasce da Escola e não o contrário. O mundo é a forma civilizada de ver a natureza pelo que, sem a Escola, que mundo seria visto? Não é possível educar sem **valores**.

Mais do que definir, pragmaticamente, directivas para garantir o cumprimento de *valores* (que deixariam de o ser), importa iniciar uma cultura de **educação integral e referenciada** nos agentes educativos: **integral**, no sentido em que todas as acções são portadoras de mensagem educativa e confirmam essa mensagem; **referenciada**, porque segue o património civilizacional de valores e princípios que os povos decidiram universalizar.

Os princípios e os valores consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, na Constituição da República Portuguesa, na Lei de Bases do Sistema Educativo e noutros referenciais nacionais e universais, não são uma prerrogativa nem uma singularidade de cada escola – sobre eles, converge todo o sistema educativo e nenhuma escola em particular. Em si mesmos, esses referenciais não são prospectivos porque, ainda que fosse possível listar o fractal de **princípios** e de **valores**, tal cansaço e tal ingenuidade deparar-se-iam, fatalmente, com os mesmos paradigmas das sociedades – aquelas que, aos seus olhos, se imaginam ser as mais coerentes; as que se convencem de ter resolvido todos os paradoxos e todas as contradições entre a convicção ideológica e a regulação dos comportamentos, também são as que produzem os maiores fundamentalismos e as que se revelam mais incapazes de conviver com o contraditório e, também, de assumir a sua própria contradição. O primeiro dos princípios é o que aceita ser apenas isso – princípio – permitindo que o restante, posteriormente, ferverilhe na

circunstância e na **tolerância**. Um princípio não é um **dogma**.

Importa, por último, lembrar que a organização subjacente a este projecto educativo é a **comunidade educativa** e não apenas a **escola**, pelo que importa ter consciência de que a missão educativa, referenciada em valores e princípios, não constitui um compromisso exclusivo dos profissionais e dos alunos da escola.

2.1. Conceitos estruturantes

Uma listagem de *princípios* e de *valores* seria um *íman* – rapidamente passariam a ser ignorados ou confundidos com **objectivos** e com **finalidades**, atraindo e formatando as acções, em vez de as estimular para um crescimento dinâmico, sadio, diversificado, **plural**...

Uma organização terá, sobretudo, de **circunstanciar** o seu projecto. Entre as grandes **referências universais e nacionais** e o seu **compromisso social**, cada organização deve identificar os principais **constrangimentos** a enfrentar e a resolver.

2. 2. Referências universais e nacionais

Não é aceitável que uma organização com *compromissos sociais* tenha a própria *sociedade* como **referência**, expiando nela os seus próprios constrangimentos e cedências. Esta escola obriga-se, no seu *compromisso social*, a **flectir** e não a **reflectir**. Educar não é imitar. Integrar não é colar. A função da escola é formar indivíduos capazes, também, de **flectir** as adversidades para além de as **reflectir**.

Todos os órgãos de gestão (Conselho Geral, Direcção, Conselho Pedagógico) comprometem-se, no âmbito das respectivas competências, a zelar por uma prática educativa condizente com as referências a seguir apresentadas:



- Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Constituição da República Portuguesa;
- Lei de Bases do Sistema Educativo;
- Declaração de Salamanca;
- Declaração Universal dos Direitos da Criança;
- Convenção sobre Direitos da Criança;
- Declaração Mundial sobre Educação para todos;
- Tratado de Lisboa.
- (...)

2.3. Compromisso social particular (da Escola Serafim Leite)

A escola traça o seu *compromisso social particular* numa oferta educativa de perfil essencialmente *profissionalizante e*, não descurando as restantes, esta é a sua principal *circunstância educativa*, plena de *constrangimentos* e, também, de oportunidades, mas nestas, centrar-se-ão outras secções deste documento.

2.3.1. Constrangimentos

Há-os de duas formas: os **intrínsecos** ou gerados no seio da própria organização (toda a *comunidade educativa*); os **extrínsecos**, provocados por *interacção educativa* com outras organizações (parcerias, protocolos...).

Mas uma organização que pretenda honrar *referências universais e nacionais*, terá pela frente um complexo redemoinho argumentativo e crítico – qualquer acção é passível de ser observada de múltiplas formas e o respeito pelos *princípios* e pelos *valores* não se conclui de forma linear, algorítmica nem de forma binária – é um processo heurístico e **colectivo**.

Os constrangimentos encontram-se, descobrem-se e enfrentam-se – não se ignoram. Qualquer elemento da

comunidade educativa tem o dever de participar criativamente na construção de uma cultura de valores e de hábitos sadios e a única forma é permanecer atento e participativo. Particularmente o GAP (Gabinete de Análise e Prospectiva), a quem caberá uma análise detalhada em matéria de investigação e de diagnose estrutural da Comunidade Educativa e seu contexto (Artigo 24º do Regulamento Interno).

3. – ALGUMAS NOTAS HISTÓRICAS

A criação desta Escola foi prevista no Decreto-Lei nº36409, de 11 de Janeiro de 1947 mas, só em 1957, São João da Madeira apresentava as condições essenciais para que esta possibilidade se tornasse realidade.

Estabelecidos os moldes para o funcionamento da Escola a partir de Outubro de 1958, foram abertas as matrículas para o exame de admissão para o ingresso no Ciclo Preparatório.

Foi seu primeiro Director o Dr. Hipólito Duarte Cardoso de Carvalho.

A primeira exposição de trabalhos dos alunos, em Julho de 1959, era o primeiro fruto de uma árvore que não parou de produzir homens de trabalho, professores, técnicos, artistas, desportistas.

No ano de 1960/61, entrou em funcionamento o pavilhão anexo ao antigo edifício da Escola Técnica.

No ano de 1971, iniciou-se a transferência da Escola para o actual edifício, sendo primeiramente transferida a secção de mecânica e, posteriormente, os outros sectores.

Em 1977/78, a Escola Industrial transforma-se em Escola Secundária n.º 1. A escola escolheu como patrono o Dr. Serafim Leite, passando a denominar-se Escola Secundária Dr. Serafim Leite por Portaria de 2 de Abril de 1987.



No ano de 1983/84, iniciou-se a expansão pedagógica e em 1984/85 funcionou o 1.º Curso Técnico de Instalações Eléctricas que ganhou, tal como o curso de Informática, o primeiro prémio da UNICER, destinado a premiar os melhores trabalhos do género a nível nacional, prova de que os técnicos formados nesta escola são os melhores do país. Seguiu-se a criação dos cursos de Assistente de Gestão, de Electrónica e o curso Técnico – Profissional de Contabilidade.

A escola tem-se evidenciado pelas actividades desenvolvidas, algumas envolvendo investigação científica e tecnológica, nas áreas de Electrónica, Informática e Artes Visuais, conforme atestam as múltiplas participações (muitas vezes premiadas) em eventos a nível nacional e internacional, não esquecendo também as actividades desportivas, onde é reconhecida nacionalmente.

A vertente profissional e técnica da escola é uma das suas maiores marcas. A escola teve sempre uma ligação estreita com o tecido empresarial, o que se reflectiu e reflecte na sua oferta formativa, nomeadamente no que respeita aos Cursos Profissionais e aos Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) que oferece .

Tendo comemorado o 50º aniversário no ano de 2008, a Escola tornou-se, no mesmo ano, uma escola piloto do Plano Tecnológico da Educação (PTE).

4. – O Dr. SERAFIM LEITE



O Padre Serafim Soares Leite, sacerdote e historiador contemporâneo, nasceu em São João da Madeira a 6 de Abril de 1890. Depois de frequentar alguns anos o Seminário dos Carvalhos (Porto), embarcou para o Pará e dedicou-se ao comércio no Amazonas. Aí, trabalhou como caucheiro, convivendo muitos anos com os índios do Alto Rio Negro, selvícolas de Padaueri e do rio Vaupés e aprendendo a língua geral deles, a mesma que os índios falavam no tempo de Anchieta e Nóbrega.

Em 30 de Julho de 1914, entrou na Companhia de Jesus. Tendo cursado letras humanas em Múrcia, Filosofia em Granada e Teologia em Enghien (Bélgica), completou a sua formação religiosa e ascética em Paray-le-Monial (França) e professou solenemente a 2 de Novembro de 1932. Nesse ano, meteu ombros à composição da História da Companhia de Jesus no Brasil, da qual publicou seis volumes (1938,1943,1945). O Secretariado de Propaganda Nacional atribuiu-lhe o “Prémio Alexandre Herculano” de 1938. Três anos antes, no Concurso Histórico de S. Paulo (1935) fora conferido o primeiro prémio ao seu estudo sobre os jesuítas na vila de S. Paulo (séc.XVI). No género histórico, publicou ainda outros apreciados trabalhos.

Reconhecendo os altos méritos de historiador de Serafim Leite, a Academia Portuguesa de História nomeou-o seu sócio honorário. Pertenceu igualmente à Academia Brasileira de Letras, à Academia de História do Equador, foi sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, sócio benemérito do Centro D. Vital, do Rio de Janeiro, membro do Grupo Português da Academia Internacional da História das Ciências, secção de Lisboa, e fez parte da



direcção do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia. Foi membro da Comissão Orientadora da Exposição Histórica da Ocupação e do Congresso da História Portuguesa no Mundo, realizado em Lisboa em 1937. Pelos serviços prestados, o Governo Português condecorou-o em Novembro de 1938, com o grau de comendador da Ordem Militar de Santiago da Espada, Mérito Artístico, Científico e Literário. Dois anos depois, o Governo Brasileiro conferiu-lhe a comenda da ordem nacional do Cruzeiro do Sul. Mas, além da História, Serafim Leite cultivou com igual êxito a poesia, a novela e os estudos sociais. Bairrista apaixonado e entusiasta das glórias da sua terra natal, deve-se ainda a Serafim Leite o Hino de São João da Madeira e o brasão de armas desta laboriosa cidade, bem como a publicação de alguns documentos medievais a ela respeitante.

5. – SÃO JOÃO DA MADEIRA

5.1. Caracterização do meio

Situado no Noroeste Atlântico, o concelho caracteriza-se topograficamente pela existência, a Este, de um vale por onde corre o rio UI, enquanto a Oeste encontramos um outro vale delimitando os lugares das Fontainhas e de Casaldelo, tendo ambos estes vales a direcção Norte-Sul.

O relevo, condicionado pela tectónica hercínica e por vários ciclos de erosão, varia entre as cotas de 141m no limite Sul (no leito do Rio UI), e 291m nos reservatórios de água da Mourisca, não havendo registo da existência de qualquer falha geológica dentro dos limites do concelho.

Geologicamente, o concelho faz parte do Complexo Xistoso das Beiras, predominando os xistos argilosos, xistos grauvacóides e quartzitos cinzentos do Câmbrico, com alguns afloramentos de granitos do Complexo Granítico antehercínico, e, ao longo dos cursos de água, depósitos elúvio-aluviais do Quaternário. Os solos graníticos e xistosos são ricos em potássio e óxido de ferro, sendo ao longo da bacia hidrográfica do rio UI que se situam os terrenos mais férteis.

Em termos de clima, insere-se na região de clima temperado marítimo ou oceânico, caracterizado pela existência de quatro estações ao longo do ano, temperaturas amenas no Inverno e no Verão e valores elevados de precipitação (cerca de 1700mm/ano) que se repartem ao longo do ano, com excepção dos meses de Julho e Agosto, e incidindo sobretudo nos meses de Outubro a Maio.

Do ponto de vista político-administrativo, pertence ao Distrito de Aveiro e faz parte da Associação de Municípios Terras de Santa Maria, juntamente com os concelhos de Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Arouca e Vale de Cambra, sendo a sua posição geográfica central relativamente aos concelhos de Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis. Para efeitos estatísticos pertence à NUT II Região Norte e à NUT III Entre Douro e Vouga.

Desde 28/11/2005, S. João da Madeira faz parte da Grande Área Metropolitana do Porto, juntamente com outros 13 Municípios: Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia, Arouca, Santa Maria da Feira e Trofa.

São João da Madeira é constituído por uma única freguesia com uma área de 8,1 Km². É um centro urbano de grande influência regional, com uma população



residente estimada actualmente em cerca de 30.000 habitantes, e uma população flutuante estimada igualmente em 30.000, pelo que, diariamente, S. João da Madeira acolhe cerca de 60.000 cidadãos. São 21 os lugares deste concelho: Casaldelo, Corgas, Carquejido, Espadanal, Fundo de Vila, Fundões, Fontainhas, Laranjeiras, Mourisca, Orreiro, Parrinho, Pedação, Ponte, Praça, Quintã, Ribeiros, Tapado, Travessas, Vale, Vista Alegre e Volta.

O concelho faz fronteira a Norte com a freguesia de Milheirós de Poiães e a Oeste com a freguesia Arrifana, ambas do concelho de Santa Maria da Feira, a Sul com a freguesia de Cucujães e Vila-Chã de S. Roque, e a Este com Nogueira do Cravo e Macieira de Sarnes, do concelho de Oliveira de Azeméis.

O rápido desenvolvimento urbano registado durante uma parte importante do século XX foi favorecido pela localização privilegiada de SJM relativamente à Estrada Nacional 1 e ao IC2 que contribuem para uma fácil ligação Norte/Sul e ao seu cruzamento com as Estradas Regionais 327 e 227, que fazem a ligação Nascente/Poente. No entanto, a construção da auto-estrada A1 e mais recentemente do IC1, aliado ao aumento do tráfego automóvel e aos congestionamentos nas principais vias de acesso a estas vias rápidas, têm contribuído para uma degradação da acessibilidade de S. João da Madeira. Espera-se este problema seja rapidamente resolvido com a construção da autoestrada A32.

5.2. História e património

Povoação antiga mencionada por primeira vez em manuscritos que datam de 1088, até ao Século XIX a economia de S. João da Madeira esteve ligada fundamentalmente à agricultura e pecuária. Beneficiou da uma localização privilegiada na principal via de comunicação que ligava o norte ao sul do

país, que começou por ser uma Via Romana ligando Lisboa a Braga e depois foi sendo sucessivamente designada por Estrada Mourisca e Coimbra, Estrada Real, e mais recentemente, Estrada Nacional nº1, no cruzamento com a estrada de ligação ao Cais de Ovar, correspondente às actuais Estradas Regionais 327 e 227.

Proporcionando-lhe uma acessibilidade acrescida, a inauguração da Linha Vale do Vouga em 23-11-1908 pelo rei D. Manuel II constituiu um ponto de rotura entre o modo de vida rural duma comunidade agrícola e o já latente processo de industrialização. Ao longo do Século XX, com o advento da industrialização, S. João da Madeira inicia um processo de crescimento urbano, que se reflecte na concessão do título de Vila em 18 de Julho de 1924, na emancipação Concelhia a 11 de Outubro de 1926 e na elevação a Cidade em 16 de Maio de 1984. Este processo acarreta também o rápido crescimento do núcleo urbano, como se pode observar na evolução da população residente no tecido urbano.

A primeira indústria importante do concelho foi a chapelaria. Já em 1917 a indústria chapeleira sanjoanense era importante à escala nacional, com 18 fábricas e 712 operários. Esta indústria, vulnerável às vicissitudes de um sector fortemente afectado pela moda, experimentou depois um processo de consolidação e especialização, do qual sobrevivem a FEPSA e a Cortadoria Nacional do Pêlo, indústrias de referência tanto na cidade como no país, ainda hoje muito bem posicionadas a nível internacional na produção de feltro para chapéus. A indústria do calçado surge em S. João da Madeira nos finais do séc. XIX. A indústria adquiriu tal importância para o concelho, o distrito e o país, que o Centro Tecnológico da Indústria do Calçado, criado em 1986, acabou por ver a sua sede



implantada em SJM. O desenvolvimento desta indústria deu, além disso, origem ao aparecimento de indústrias afins, como as de componentes para calçado e de máquinas e equipamentos para a indústria do calçado (representantes e fabricantes).

Outro sector marcante na história industrial do concelho é a indústria metalúrgica, desde a criação das “Oficinas Metalúrgicas OLIVA”, em 1925, até à actualidade. A OLIVA dedicou-se inicialmente à indústria de fundição, serralharia, serração e carpintaria mecânica, mas foi como fabricante de máquinas de costura que se afirmou e expandiu nacionalmente. O edifício das máquinas de costura foi inaugurado em 1948 e laborou durante cerca de três ou quatro décadas,

Outras indústrias se foram também estabelecendo em SJM, paralelamente ao desenvolvimento dos sectores já mencionados. É o caso, por exemplo, da Molaflex, fábrica de colchões de molas de grande qualidade, fundada em 1951 e que continua em operação. Esta empresa está também na origem da maior empresa industrial que actualmente labora em SJM, no fabrico integrado de assentos para automóveis.

O processo de desenvolvimento industrial de SJM tem características que o aproximam de um modelo tradicional espontâneo (desenvolvimento endógeno, aproveitando vantagens baseadas nos custos, neste caso especialmente custos da mão de obra). No entanto, esse processo levou também ao aparecimento posterior de indústrias com uma maior componente tecnológica e de inovação.

5.3. Equipamentos, Instituições, Associações Culturais, Desportivas, Recreativas e Empresariais

Em S. João da Madeira existe uma multiplicidade de equipamentos, instituições e associações que permitem responder às necessidades da população residente na cidade.

Serviços Culturais: Academia de Música, Biblioteca Municipal Dr. Renato Araújo, Biblioteca da Junta de Freguesia (Fundo de Vila), Centro de Arte de S. João da Madeira, Instituto de Línguas, Lions Clube, Rotary Clube.

Serviços Sociais: Centro Paroquial de Assistência e Formação Social, Centro Regional de Segurança Social Instituto do Emprego e Formação Profissional, Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira, Cruz Vermelha Portuguesa, ACAIS – Associação do Centro de Apoio aos Idosos Sanjoanenses.

Equipamentos, instituições, associações culturais, desportivas e recreativas: Associação Alão de Morais, Coro de Câmara de S. João da Madeira, Coro dos Pequenos Cantores, Rancho Regional Laborânea, Tuna dos Voluntários de S. João da Madeira, Banda de Música de S. João da Madeira, Associação de Jovens Ecos Urbanos, Clube de Campismo de S. João da Madeira, Associação Cb "Os Condes", Centro Columbófilo de S. João da Madeira, Turbo Clube de S. João da Madeira, Associação Desportiva Sanjoanense, Centro de Cultura e Recreio Oliva, Associação Estamos Juntos, Os "Kágados", Centro de Cultura e Desporto de S. João da Madeira, Centro Cultural Desportivo e Recreativo de Fundo de Vila, Associação Portuguesa de Taekwon-Do, Real Sociedade da Praça, SJM-SUB Pesca Submarina, Dínamo Sanjoanense, Centro Desportivo e Recreativo do Parque, Associação Sanjoanense de Artes Marciais – Arma, Associação Desportiva e Cultural Rua



da Mamoinha, Núcleo Regional de Aveiro da Associação de Professores de Matemática

Serviços: Gabinete de Apoio Técnico do Entre Douro e Vouga/EDV (GAT), Correios de Portugal, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de S.J.M., Portugal Telecom S.A., Cartório Notarial - Maria Adelaide Esteves Gonçalves, Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial de S. João da Madeira, Repartição de Finanças, Tesouraria da Fazenda Pública, Clube dos Empresários

Rede Educativa – Ensino Público: Agrupamento de Escolas Vertical de S. João da Madeira, Agrupamento de Escolas Oliveira Júnior, Escola Secundária com 3.º Ciclo Dr. Serafim Leite, Escola Secundária com 3.º Ciclo João da Silva Correia.

Rede Educativa – Ensino Particular: Creche – O Bercinho da Rita, Creche – O Ninho da Criança, Creche – Abrigo Infantil das Laranjeiras, Creche do Centro de Educação Integral, Creche do Centro Infantil de S. João da Madeira (Santa Casa da Misericórdia), Jardim de Infância do Centro de Educação Integral, Jardim de Infância Estrela Guia, Jardim de Infância Bercinho da Rita, Jardim de Infância do Colégio Santa Filomena, Jardim de Infância - Abrigo Infantil das Laranjeiras, Jardim de Infância – Centro Infantil de S. João da Madeira (I.O.S. - Santa Casa da Misericórdia), Escola EB1 – Centro de Educação Integral, Escola EB1 – Estrela Guia, Escola EB 2/3 – Centro de Educação Integral, Escola Secundária – Centro de Educação Integral.

Rede Educativa – outras instituições: FECAP – Federação Concelhia das Associações de Pais de S. João da Madeira, Centro de Recuperação de Crianças Inadaptadas (CERCI), Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado.

Serviços de Saúde: Hospital Distrital de S. João da Madeira (Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, EPE), Centro de

Saúde, Centro Médico da Praça Lda, Centrodial - Centro de Hemodiálise Lda, Clínica Médica Urgência em Casa, Farmácia Laranjeira, Farmácia da Estação, Farmácia Central, Farmácia da Praça, Farmácia Lamar.

Serviços de Segurança: Polícia de Segurança Pública de S. João da Madeira, Bombeiros Voluntários de S. João da Madeira.

5.4. Caracterização da população e actividades

Durante todo o Século XX, São João da Madeira apresentou um ritmo de crescimento demográfico muito superior, quer ao registado a nível da sub-região em que se insere, o Entre Douro e Vouga (adiante designado de forma abreviada por EDV), quer relativamente à média nacional, o que dá uma indicação clara do forte dinamismo empresarial que tem caracterizado o desenvolvimento do concelho. Assim podemos verificar que, relativamente aos cerca de 3.115 habitantes que o concelho possuía em 1900, os actuais 21.641 habitantes (segundo estimativa do INE referente a Dezembro de 2005), correspondem a um acréscimo populacional de cerca de 695%, enquanto o crescimento do EDV se situou em cerca de 294%. S. João da Madeira apresenta-se como o concelho mais densamente povoado do Entre Douro e Vouga em 2001, constituindo os cerca de 2.595 Hab/km², a segunda maior densidade populacional registada em toda a Região Norte, logo a seguir ao concelho do Porto.

Analisando a evolução percentual inter-censitária da população residente entre 1900 e 2001 e ainda entre 2001 e 2005 (com base nos valores estimados pelo INE para esse ano), verificamos que foi de 1930 a 1970 que teve lugar o maior crescimento populacional, com valores



superiores a 20% em cada década. A partir de 1970 o crescimento abrandou, mas mesmo assim com valores, entre os 12% e os 15%, bastante superiores aos registados nos restantes concelhos do EDV. Relativamente ao período 2001-2005, e tendo por base os valores estimados pelo INE, é preciso ter em conta que os valores percentuais se referem apenas a 5 anos, o que explica a forte inflexão que a linha sofre. No entanto, é neste período que, pela primeira vez, S. João da Madeira tem um crescimento estimado inferior à média do EDV, devido tanto ao forte crescimento registado por Santa Maria da Feira como ao abrandamento do crescimento de S. João da Madeira. À semelhança do que acontece no restante território nacional, São João da Madeira enfrenta um processo de envelhecimento demográfico, embora não tão acentuado como o que se verifica na generalidade do território. Durante o período de 2001 a 2005, é evidente o duplo envelhecimento da população, caracterizado por um aumento de população com mais de 60 anos de idade, e uma diminuição da população com menos de 25 anos. S. João da Madeira apresenta um índice de envelhecimento de 84,5%, inferior aos 85,7% do EDV e aos cerca de 112,6% do Continente.

Acompanhando a evolução da dimensão média das famílias em Portugal, o concelho de S. João da Madeira registou uma diminuição regular. Em 1981, a média da composição dos agregados familiares era de 3,94 pessoas, tendo baixado em 1991 para 3,47 e no censo de 2001 era já de apenas 2,97. O número de famílias cresceu 69,32% no concelho, entre 1981 e 2001, passando de 4 165 para 7052 famílias. As famílias de maior dimensão têm vindo a perder expressão. Em 1981, as famílias compostas por cinco ou mais pessoas representavam 32,27% do total de famílias do concelho e em 1991 representavam 20,22%. Em 2001 são já

apenas 9,78%. Em contraste, as famílias de menor dimensão registaram um aumento considerável, destacando-se as famílias unipessoais que cresceram cerca de 211,20% entre 1981 e 2001, aumento em parte explicado pelo número crescente de idosos a habitarem sós. Em 2001 a maior percentagem de famílias (29,18%) era composta apenas por 3 elementos.

A taxa de actividade em S. João da Madeira ronda os 55%. Dos activos, de acordo com os Censos 2001, encontram-se empregados 94,5%, apresentando portanto, a essa data, uma taxa de desemprego de cerca de 5,5%. Relativamente à distribuição da população activa por sectores de actividade, verificamos que o sector primário é praticamente inexistente, ocupando apenas cerca de 0,5% da população total. Assim, o sector de actividade que emprega mais população é o sector secundário com 53,6% da população, seguido de perto pelo sector terciário que emprega cerca de 45,9% da população.

A população activa do Concelho apresenta uma estrutura etária idêntica à das outras áreas. A maioria da população que trabalha situa-se entre os 25 e os 44 anos (55,3%). A proporção de população com actividade económica entre os 15 e os 19 anos (3,6%) é menor do que a verificada na Região Norte (4,9%) e no Entre Douro e Vouga (4,7%). No que se refere às suas habilitações, a população activa do Concelho apresenta características bastante próximas das nacionais e portanto mais favoráveis que as da Região Norte e do Entre Douro e Vouga. O concelho apresenta proporções mais baixas de população com habilitações até ao 2º ciclo e percentagens mais elevadas de população com o 3º ciclo ou superior, aproximando-se dos valores nacionais. Cerca de metade da população economicamente activa (51,2%), possui o 3º ciclo, o secundário ou o superior; os



restantes 48.6% da população activa não possui o 3º ciclo do ensino básico. Os Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio (11,0%), os Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores (9,4%) e o Pessoal Administrativo e Similares apresentam no Concelho proporções superiores às do país, Norte e EDV. Por outro lado, o grupo profissional de Trabalhadores não Qualificados apresenta em S. João da Madeira a proporção mais baixa.



6. – CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

6.1. Instalações

A Escola Secundária com 3º ciclo Serafim Leite situa-se na Rua Manuel Luís da Costa, em Fundo de Vila, na cidade de São João da Madeira.

Inicialmente, constituída por três grandes blocos: **bloco principal**, **bloco oficial**, **bloco do ginásio e cantina**, desde 2009, fazem parte dois novos blocos constituídos por uma sala polivalente, no pátio do bar, e por um edifício que comporta um auditório ao ar livre, um auditório fechado, uma biblioteca, uma mediateca e uma sala de reuniões.

O **bloco principal** está dividido em quatro pisos e uma semi-cave. Na semi-cave, existem três salas de aula, gabinete da Educação Especial, arquivo geral e sala de manutenção de equipamentos e estruturas. No primeiro piso, estão os Serviços Administrativos e SASE, gabinetes da direcção, salas dos Directores de Turma, serviço de reprografia e papelaria, sala dos Auxiliares de Acção Educativa, o gabinete dos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), o centro de coordenação do Ensino Recorrente, salas de Informática e casas de banho. No segundo piso, encontra-se a sala de professores, casas de banho, salas de aulas, sala multimédia, laboratórios de Matemática, Física/Química e Biologia/Geologia e o gabinete do Encarregado dos Auxiliares de Acção Educativa. No terceiro piso, localiza-se a sala Serafim, Gabinete e Apoio ao Aluno (GAA), salas de aula, casas de banho, sala de Informática, salas de estudo e escritórios de serviços. Finalmente, no quarto piso, salas de aula adstritas à área tecnológica e informática e o sótão que serve como arquivo e depósito de material usado em actividades extracurriculares.

No **bloco oficial**, encontram-se as oficinas de Electrotecnia/Electrónica, de Informática, de Arte e de Design, casas de banho e salas adstritas à área de Educação Tecnológica.

No **bloco do ginásio/cantina**, além destes dois espaços, existem os balneários, a cozinha, uma sala de aula e arrecadações. Existe ainda um pequeno bloco onde funciona uma sala de aula e a sede da Associação de Estudantes.

Salas de aula	lotação	Bloco	Tipologia
1	30	Cave	Sala Comum
2	30	Cave	Sala Comum
3	30	Cave	Sala Comum
4	24	R/c	Informática
5	24	R/c	Informática
7	26	1º Piso	Sala Comum
8	26	1º Piso	Sala Comum
9	26	1º Piso	Sala Comum
10	26	1º Piso	Sala Comum
11	26	1º Piso	Sala Comum
12+anexo	6	1º Piso	Lab. de Biologia
13	40	1º Piso	Sala Comum
14+anexo	6 Bancadas	1º Piso	Lab. de Química
15	31	2º Piso	Sala Comum
16	38	2º Piso	Sala Comum
17	38	2º Piso	Sala Comum
18	30	2º Piso	Sala Comum
19	---	2º Piso	Oficina PTE
20	21	2º Piso	Sala Comum
21	36	2º Piso	Sala Comum
22	38	2º Piso	Sala Comum
23	---	2º Piso	Sala de Bastidores
24	22	2º Piso	Informática
25	28	2º Piso	Informática
26	6 + 9 Mesas c/ comput.	Sótão	Informática
27	17 + 9 mesas c/ comput.	Sótão	Informática
28	14	Oficinas de Electricidade	Sala Comum
29	26	Oficinas de Electricidade	Sala Comum
30	28	Oficinas de Electricidade	Sala Comum
31	18	Oficinas de Artes	Sala de Elect.
32	26	Oficinas de Ectricidade	Sala de Elect.
32A	16	Oficinas de Electricidade	Informática
34	24	Oficinas de Electricidade	Sala Comum
35	16 + 6 Bancadas	Oficinas de Electrónica	Sala de Elect.
36	24	Oficinas de Electrónica	Sala de Elect.
37	6 Bancadas	Oficinas de Electrónica	Sala de Elect.
39	30	Oficinas de Artes	Sala de
40	31	Oficinas de Artes	Sala de
41	22	Oficinas de Artes	Sala de
42	23	Oficinas de Artes	Sala de Ed. Tec.
43	---	Bloco do Ginásio	Lab. de Biologia
44	26	Bloco Exterior	Informática
45	2 mesas + 18 cadeiras	Oficinas de Artes	Oficina de Teatro
46	26	Ginásio	Sala Comum



6.2. A oferta da escola

Nível de Ensino	Tipologia curricular de ensino Tipologia da oferta formativa	Oferta autorizada na rede (Ano curricular / Certificação escolar * / Curso **)	Tipo de oferta
Ensino Básico	Regular	7º ano	●
		8º ano	●
		9º ano	●
	EFA / Básico 3 – Nível II	Operador de Informática *(dupla certificação) Certificação Escolar	● ●
Ensino Secundário	Regular Cursos científico-humanísticos	Artes Visuais **	●
		Ciências e Tecnologias **	●
		Ciências Socioeconómicas **	●
		Técnico de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade **	●
		Técnico de Comércio **	●
		Técnico de Contabilidade **	●
		Técnico de Vendas **	●
		Técnico de Gestão **	●
		Técnico de Instalações Eléctricas **	●
		Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos **	●
	Regular Cursos profissionais	Técnico de Electrónica, Automação e Comando **	●
		Técnico de Energias Renováveis - Sistemas Solares **	●
		Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos **	●
		Técnico de Informática de Gestão **	●
		Técnico de Design Gráfico **	●
		Técnico de Audiovisuais**	●
		Técnico de Mecatrónica**	●
		Técnico Administrativo *(dupla certificação)	●
		Técnico de Animação sócio cultural* (dupla certificação).	●
		Técnico de Acção Educativa * (dupla certificação)	●
	EFA / Secundário – nível III	Técnico de Informática – Sistemas * (dupla certificação)	●
		Técnico de Electrónica Industrial *(dupla certificação)	●
		Técnico de Desenho Gráfico *(dupla certificação)	●
		Certificação Escolar	●
		Artes Visuais **	●
		Recorrente Módulos capitalizáveis Cursos científico-humanísticos	Ciências e Tecnologias ** Ciências Socioeconómicas ** Ciências Sociais e Humanas **
	Recorrente – módulos capitalizáveis Cursos Tecnológicos	Informática **	●

- Oferta efectiva.
- Oferta disponível na rede, mas não se encontrando actualmente em funcionamento na escola.
- Oferta extinta ou em vias de o ser.

Ensino Básico Regular

Componentes do Currículo			Oferta específica	Carga horária semanal (x 90 min.)			
				7ºAno	8ºAno	9ºAno	Total do Ciclo
Educação para a Cidadania	Áreas Curriculares disciplinares	Linguas Estrangeiras	● Francês	3	2,5	2,5	8
			● Inglês				
			● Espanhol				
			● Alemão				
		Educação Artística	● Oficina de Teatro	0,5	0,5	1,5	2,5
	Formação Pessoal e Social		● Educação Moral e Religiosa Católica	0,5	0,5	0,5	1,5



Ensino Secundário – Cursos Científico-Humanísticos

Curso	Componente de Formação	Opções / Oferta específica (consultar as outras disciplinas no respectivo plano de estudos)	Carga horária semanal (x90 min.)			
			10ºAno	11ºAno	12ºAno	Total
Todos os cursos	Geral (1 disciplina ou duas, sendo a segunda a continuação da língua iniciada no E. Básico) ¹	● Francês	2	2		4
		● Inglês	2	2		
		● Espanhol	2	2		
		● Alemão				
Ciências e Tecnologias	Específica (2 disciplinas bienais)	● Física e Química A	3,5	3,5		14 ou 13
		● Biologia e Geologia	3,5	3,5		
		● Geometria Descritiva A	3	3		
	Específica (2 disciplinas anuais) ²	● Biologia			3,5	7 ou 6,5
		● Física				
		● Química				
		● Geologia			3	
		● Antropologia				
		● Aplicações Informáticas B				
		● Ciência Política				
		● Clássicos da Literatura				
		● Direito				
		● Economia C				
		● Filosofia A				
		● Geografia C				
● Grego						
● Língua Estrangeira I, II ou III						
● Psicologia B						
● Ciências Socioeconómicas	Específica (2 disciplinas bienais)	Economia A	3	3		12
		Geografia A	3	3		
		História B	3	3		
	Específica (2 disciplinas anuais) ³	Economia C			3	6
		Geografia A				
		Sociologia				
		Aplicações Informáticas B			3	
		Ciência Política				
		Clássicos da Literatura				
		Direito				
		Economia C				
		Filosofia A				
		Geografia C				
		Grego				
		Língua Estrangeira I, II ou III				
Psicologia B						
Artes Visuais	Específica (2 disciplinas bienais)	● Geometria Descritiva A	3	3		12
		● Matemática B	3	3		
		● História da Cultura e das Artes	3	3		
	Específica (2 disciplinas anuais) ⁴	● Oficina de Artes			3,5	7 ou 6,5
		● Oficina Multimédia B				
		● Materiais e Tecnologias				
		● Aplicações Informáticas B			3	
		● Ciência Política				
		● Clássicos da Literatura				
		● Direito				
		● Economia C				
		● Filosofia A				
		● Geografia C				
		● Grego				
		● Língua Estrangeira I, II ou III				
● Psicologia B						

¹ No caso de o aluno iniciar uma língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, pode cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com aceitação expressa do acréscimo de carga horária.

² O aluno escolhe duas disciplinas anuais, sendo uma delas obrigatoriamente Biologia, Física, Química ou Geologia.

³ O aluno escolhe duas disciplinas anuais, sendo uma delas obrigatoriamente Economia C, Geografia A ou História B.

⁴ O aluno escolhe duas disciplinas anuais, sendo uma delas obrigatoriamente Oficina de Artes, Oficina de Multimédia B ou Materiais e Tecnologias.

Cor – Oferta não disponível.



6.3. Protocolos

Entidade	Data da celebração do protocolo	Observações
Fundação Serralves - Programas Educativos	22 de Dezembro de 2009	Assinado pela Directora, Irene Guimarães
SJM-SUB – Actividades Sub-Aquáticas	6 de Outubro de 2009	Assinado pela Directora – prof. Irene Guimarães
Universidade de Aveiro	1 de Setembro de 2009	Assinado pela Directora – prof. Irene Guimarães
Clínica de Saúde e Bem-Estar Leontina Santos	3 de Março de 2009	Assinado pelo Pres. Conselho Executivo – prof. Pedro Gual
Faculdade de Letras da Universidade do Porto	1 de Junho de 2009	Assinado pelo Pres. Conselho Executivo – prof. Pedro Gual
Câmara Municipal e Santa Casa da Misericórdia de SJM com as quatro escolas secundárias do Concelho	26 de Junho de 2006	No âmbito da Prevenção Primária em Meio Escolar; Assinado pela Vice-Pres. Cons. Executivo – prof. Elza paiva
Faculdade de Desporto da Universidade do Porto	10 de Outubro de 2005	Assinado pelo Pres. Conselho Executivo – prof. Pedro Gual
Câmara Municipal de SJM Instalação de dois Quiosques Electrónicos	10 de Março de 2005	Assinado pelo Pres. Conselho Executivo – prof. Pedro Gual
Turma Net, Centro de Ensino e Formação Profissional	27 de Outubro de 2004	Assinado pela Vice-Pres. Cons. Executivo – prof. Anabela Brandão
Gimnófico	1 de Setembro de 2003	Assinado pelo Pres. Conselho Executivo – prof. Pedro Gual
Universidade do Porto e Escolas Básicas e Secundárias e a DREN no domínio da Formação de Professores	4 de Abril de 2002	Assinado pelo Pres. Conselho Executivo – prof. Ilda Ferreira
Instituto Piaget	18 de Março de 2002	Assinado pelo Pres. Conselho Directivo – prof. Ilda Ferreira
ADS (no âmbito dos domínios técnicos e científicos do desenvolvimento de software informático)	27 de Fevereiro de 2002	Assinado pela Vice-Pres. Cons. Executivo – prof. Irene Guimarães
Jornal <i>O Regional</i>	22 de Junho de 1999	Pres. da Comissão Instaladora Prof. Abel Paiva da Rocha
Escola Tecnológica Triálogo	27 de Outubro de 1997	Assinado pelo Pres. Conselho Directivo – prof. Assunção Sousa
Escola EB 2,3 de Arrifana, para prestação de SPO	18 de Janeiro de 1996	Assinado pelo Pres. Conselho Directivo – prof. Luís Mateus
Câmara Municipal de Santa Maria da Feira (Transportes Escolares)	1 de Outubro de 1994	Assinado pelo Pres. Conselho Directivo – prof. Luís Mateus
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra	1993 e seguintes	No âmbito do programa FORTECA

(continuação)

Entidade	Data da celebração do protocolo	Observações
Jornal <i>O Labor</i>	19 Novembro de 1993	Assinado pelo Pres. Conselho Directivo – prof. Jorge Lima
Câmara Municipal de SJM (domínios do Desenho, Arquitectura e Engenharia)	19 Novembro de 1993	Assinado pelo Pres. Conselho Directivo – prof. Jorge Lima
Cooperativa de Ensino da Universidade Lusíada	6 de Abril de 1993	Assinado pelo Pres. Conselho Directivo – prof. Jorge Lima

6.4. A componente humana

Para atingir os objectivos definidos pelo Projecto Educativo Escolar, os recursos humanos são, sem dúvida, factor determinante. É à escola e à sua comunidade escolar que compete a optimização das potencialidades dos mesmos, apesar da diversidade existente.

Esta escola apresenta uma população escolar de cerca de 900 alunos no ensino diurno, distribuídos da seguinte forma:

- 3 turmas do 7.º ano;
- 3 turmas do 8.º ano;
- 3 turmas do 9.º ano;
- 9 turmas do 10.º ano;
- 10 turmas do 11.º ano;
- 7 turmas do 12.º ano;

O número de alunos do ensino nocturno é de 100, distribuídos por 10 turmas de Educação e Formação de Adultos e 5 do Ensino Recorrente.

O pessoal assistente técnico é composto por 10 elementos. O corpo de assistentes operacionais é composto por 29 elementos existindo, ainda, 3 assistentes operacionais a tempo parcial. Existe, também, uma técnica superior, Psicóloga da Escola.

O corpo docente é constituído por 137 professores dos quais 75,2% são do quadro da escola.



6.5. Análise da evolução do número de alunos

Tendo por base o estudo mais recente do GAP de 11 de Março de 2010, que incide sobre os 3 últimos anos lectivos, concluímos que, de facto, há uma frequência regular de alunos nesta escola, no que concerne ao **ensino diurno**, sendo, em média, de 800 alunos, não havendo oscilações significativas a registar, apesar da oferta formativa ter registado alterações substanciais, nomeadamente a introdução da via profissionalizante.

Relativamente ao **ensino nocturno**, se, nos últimos dois anos lectivos, houve uma redução significativa de alunos, graças à introdução dos Cursos de Educação e Formação de Adultos, neste ano lectivo, é visível que a situação sofreu uma alteração positiva. Os cursos EFA, ao nível do 3º Ciclo do Ensino Básico, registam uma fraca procura, enquanto o número total de alunos a frequentar o secundário EFA revela uma maior procura.

De facto, no **ensino diurno**, se no Ensino Secundário se nota uma evidente especialização e uma evolução significativa no número de alunos, no 3º ciclo é observável uma queda no número de alunos, principalmente no início do ciclo. Já **no secundário**, na captação de alunos junto das escolas limítrofes e ao apresentar uma oferta formativa diferenciada, a intervenção da escola tem sido fulcral.

São, essencialmente, os **Cursos Profissionalizantes** que registam uma procura crescente, ao contrário dos **Cursos Científico-Humanísticos** (prosseguimento de estudos), cuja procura tem vindo a decrescer, destacando-se, no entanto, o de Ciências e Tecnologias, cujo número contraria a tendência geral.

6.6. Análise dos níveis de retenção/aprovação e absentismo

Tendo por base os alunos que iniciaram o seu ciclo de estudos em 2007 e que previsivelmente o terminariam em 2010 (triénio 2007/2010), a taxa de permanência é de 70,5% e a situação de abandono/insucesso ronda os 29,5%, no triénio considerado.

Nos **Cursos Profissionais**, verifica-se que, em 2009-2010, a taxa de abandono se aproxima dos 15%.

Nos **Cursos Científico-Humanísticos**, a taxa de permanência ronda os 77% a que corresponde, consequentemente, uma taxa de abandono de 23%. Considerando que o ano de conclusão ainda não terminou, a taxa de abandono é de cerca de 11,5 % por ano.

No triénio 2007-2010 e, relativamente ao **Ensino Básico**, a taxa de permanência é de cerca de 95,3% e a taxa de abandono de 4,7%. Considerando que o ano de conclusão ainda não terminou, a taxa de abandono é de cerca de 2,3% por ano.

O número total de alunos inscritos, em **regime diurno**, em 2009-2010 é de 774 alunos. No final do 1º período, a Escola revelou uma capacidade de manter os alunos inscritos que se situou nos 95%. Cinco por cento (5%) dos alunos transferiram-se para outros estabelecimentos ou rescindiram o contrato.

No **Ensino Profissionalizante**, a taxa de saída é de 5%, relativamente aos 373 alunos inscritos nesta via de ensino. Nos **Cursos Científico-Humanísticos**, a taxa de saída é de 8%, relativamente aos 194 alunos inicialmente inscritos.

No **Ensino Básico**, a taxa de saída de alunos, deste estabelecimento, é de 2%, relativamente aos 208 inscritos, no início do ano lectivo.



6.7. Análise dos níveis de indisciplina

(Ano lectivo 2009-2010)

(Anexo com o Balanço Final 2009|2010 do GAA – Gabinete de Apoio ao Aluno)

6.7.1. Medidas correctivas

(art.º 26º, da Lei nº3/2008)

Em termos gerais, constata-se que o número de alunos a quem foi dada ordem de saída da sala de aula assume valores significativos.

6.7.2. Medidas sancionatórias disciplinares

(art.º 27º, da Lei 3/2008)

No período considerado, verifica-se um significativo número de **repreensões registadas**, que revelam a existência de problemas disciplinares a ter em conta.

7. – IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE PROBLEMAS E/OU NECESSIDADES

Tendo o GAP identificado e caracterizado problemas e necessidades, conforme se verifica nos relatórios, em anexo, por si elaborados, definem-se os seguintes objectivos gerais.

8. – OBJECTIVOS GERAIS

8.1. Garantir o sucesso educativo

Promover a formação de todos os alunos em condições de igualdade de oportunidades no respeito pela diferença e autonomia de cada um, garantindo a liberdade de aprender e ensinar:

- criando igualdade de direitos e de oportunidades para todos os alunos;
- democratizando o ensino promovendo a articulação entre os vários níveis de escolaridade;

- garantindo a qualidade do processo de ensino/aprendizagem;
- privilegiando a relação professor/aluno;
- combatendo o insucesso e o abandono escolar;
- assegurando uma escolaridade bem sucedida para todos os alunos, promovendo a integração escolar, social e cultural;
- possibilitando formas adequadas de ocupação dos tempos livres em condições de igualdade de oportunidades;
- educando os jovens para a tolerância e para a solidariedade, a fim de viverem em liberdade e igualdade;
- educando o aluno numa perspectiva de responsabilidade e de respeito pelos outros, tanto a nível social como cultural;
- preparando os alunos para o mercado de trabalho e para a vida, desenvolvendo, ao mesmo tempo, capacidades de autonomia, de pesquisa individual e criativa;
- adaptando a organização curricular e o currículo às necessidades e assimetrias sociais, tendo em conta as características locais de toda a comunidade, onde a Escola está inserida;
- promovendo a integração escolar, social e cultural dos alunos;
- assegurando um acompanhamento especial aos alunos que dele necessitem.

Desenvolver um espírito de educação “para toda a vida”, baseado nos pilares educativos da UNESCO: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser:

- desenvolvendo capacidades para o ingresso no mundo do trabalho, proporcionando, com base numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida activa que permita ao indivíduo prestar o



seu contributo ao progresso da sociedade, em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação;

- conservando a cultura antiga como relíquia do passado, recriando-a através da relação com a cultura do nosso tempo;
- favorecendo o desenvolvimento integral do ser humano;
- desenvolvendo atitudes de reflexão e de adaptação à mudança;
- integrando programas de informação, prevenção e combate à droga, ao alcoolismo, ao tabagismo e outras toxicodependências;
- promovendo o respeito pela Natureza e o combate à poluição;
- contribuindo para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal, no quadro da tradição universalista europeia, e da crescente interdependência e necessária solidariedade entre todos os povos do mundo.

8.2. Fomentar a integração escola/comunidade

Mobilizar a Comunidade Educativa, alertando-a para a importância da sua participação no Projecto Educativo de Escola incutindo-lhe mais credibilidade e legitimidade:

- levando a Escola a assumir-se como um elo dos sistemas e comunidades locais;
- fomentando a participação das entidades públicas e privadas na formação educacional dos jovens, nomeadamente através da celebração de protocolos e parcerias;
- exigindo ao Ministério da Educação mais apoio e melhores condições de trabalho;
- colaborando com os vários elementos de Escolas Básicas e Secundárias, pertencendo ao mesmo meio

escolar, com o objectivo de uniformizar valores ligados à educação e à cidadania.

8.3. Promover a qualidade e a qualificação dos agentes da escola

- motivando os professores e os funcionários para um maior e mais completo envolvimento com a Escola e o processo educativo;
- colaborando nos trabalhos do Conselho Municipal de Educação;
- incentivando permanentemente todos os agentes educativos a adquirirem e desenvolverem capacidades ou competências que possibilitem, simultaneamente, a adopção dos comportamentos adequados ao desempenho profissional e à sua valorização pessoal e profissional.

8.4. Simplificar procedimentos organizacionais

- incentivando a aplicação e utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação nos processos institucionais;
- garantindo a transparência e a boa sistematização dos procedimentos administrativos;
- assegurando respostas adequadas e simplificadoras da necessária gestão da informação.



9. – METAS DA ESCOLA

Objectivo 1: Garantir o Sucesso Educativo		
Objectivos específicos	Metas	Indicadores de Medida
Objectivo 1.1. Melhorar a taxa de assiduidade e pontualidade.	Meta 1.1.1.- Alcançar uma taxa de assiduidade/pontualidade igual ou superior a 90% dos tempos lectivos.	Registo anual da assiduidade dos alunos. Registo da flutuação média dos alunos. Registos de avaliação do final do ano lectivo.
Objectivo 1.2. Melhorar as taxas de transição/aprovação no ensino básico.	Meta 1.2.1.- Alcançar uma taxa de transição igual ou superior a 90%.	Níveis dos alunos nas disciplinas integrantes dos respectivos anos de escolaridade, aprovadas em reunião de Conselho de Turma no final do 3º período.
Objectivo 1.3. Melhorar as taxas de progressão/aprovação/admissão a exame nos cursos do ensino secundário regular.	Meta 1.3.1.- Alcançar uma taxa de progressão/aprovação, para o 10º ano superior a 65%. Meta 1.3.2.- Alcançar uma taxa de progressão/aprovação/ admissão a exame, para o 11ºano superior a 70%. Meta 1.3.3.- Alcançar uma taxa de progressão/ aprovação/admissão a exame, para o 12º ano, superior a 75%.	Classificações internas de frequência dos alunos nas disciplinas integrantes dos respectivos cursos, aprovados em reunião de Conselho de Turma no final do 3º período, iguais a 10 valores.
Objectivo 1.4. Melhorar as taxas de aprovação modular nos cursos profissionais de nível 3.	Meta 1.4.1.- Alcançar uma taxa de conclusão modular superior a 80% relativamente aos módulos planificados, tendo por base os alunos que frequentam o curso.	Classificações dos alunos nas disciplinas integrantes dos respectivos cursos, aprovados nos Conselhos de Turma no final do 3º período.
Objectivo 1.5. Reduzir as taxas de abandono nos cursos de Educação e Formação de Adultos.	Meta 1.5.1.- Alcançar uma taxa de abandono inferior a 50%.	Número de formandos que abandonam o curso.
Objectivo 1.6. Reduzir a taxa de abandono escolar nos alunos do ensino básico regular.	Meta 1.6.1.- Alcançar uma taxa inferior a 1% no abandono escolar em todos os anos do ensino básico.	Número total de alunos menores de 15 anos que abandonam a escola sem se inscrever noutro sistema de educação/formação.
Objectivo 1.7. Reduzir a taxa de desistência dos alunos no ensino secundário.	Meta 1.7.1.- Alcançar uma taxa inferior a 1% no abandono escolar em todos os anos do ensino básico.	Número total de alunos menores de 15 anos que abandonam a escola sem se inscrever noutro sistema de educação/formação.
Objectivo 1.8. Implementar comportamentos/ atitudes de cidadania na comunidade educativa.	Meta 1.8.1.- Colaboração na execução das actividades do PAA e PCT. Meta 1.8.2.- Intervenção na construção das práticas educativas/ formativas.	Balanço e avaliação dos PCT, PDCI e do PAA.
Objectivo 1.9. Incorporar nas relações sócio-educativas atitudes de diálogo, tolerância e solidariedade interpares.	Meta 1.9.1.- Incrementar a cobertura e monitorização das situações de ocorrências disciplinares. Meta 1.9.2.- Diminuir o número de ocorrências disciplinares. em cerca de 10% relativamente ao ano lectivo de 2009/2010.	Registos do Gabinete de Apoio ao Aluno.
Objectivo 1.10. Acompanhar as medidas educativas aplicadas na escola, tendo em vista a melhoria do sucesso dos alunos, procedendo ao reajuste de estratégias de ensino e aprendizagem considerando as recomendações/orientações emanadas do Conselho Pedagógico.	Meta 1.10.1.- Efectuar uma apreciação trimestral dessas medidas educativas. Meta 1.10.2.- Verificar a aplicação, pelos Departamentos, das directivas e orientações emanadas do Conselho Pedagógico. Meta 1.10.3.- Sugestão de estratégias, por parte dos Coordenadores das estruturas intermédias, conducentes ao atingir do objectivo enunciado.	Níveis e classificações obtidos pelos alunos nas várias disciplinas no final de cada período. Emanação, pelo Conselho Pedagógico de directivas e orientações conducentes à melhoria das aprendizagens dos alunos.



Objectivo 2: Fomentar a integração Escola-Comunidade		
Objectivos específicos	Metas	Indicadores de Medida
<p>Objectivo 2.1. Elaborar e aprovar um referencial de desenvolvimento sistémico da relação escola/ meio sócio-económico e cultural.</p> <p>Objectivo 2.1.1.- Realizar actividades inseridas nos PCT, PDCIT e no PAA.</p>	<p>Meta 2.1.1.- Realizar entre 80% a 90% das iniciativas de articulação definidas.</p>	<p>Apresentação de directivas pelo Conselho Geral. Cumprimento da planificação e calendarização previstas dos planos.</p>
<p>Objectivo 2.2. Desempenhar um papel activo na (re)construção de novas realidades sócio-económicas e culturais enquanto agente educativo e marca sócio-profissional da ESSL.</p> <p>Objectivo 2.2.1.- Elaborar e aprovar um referencial pelo Conselho pedagógico.</p>	<p>Meta 2.2.1.- Efectuar protocolos/ parcerias com instituições locais/ regionais e nacionais.</p>	<p>Execução dos protocolos/ parcerias ajustadas às necessidades e contexto escolar e profissional.</p>
<p>Objectivo 2.3. Elaborar o plano de formação da Escola – pessoal docente e não docente até Janeiro de 2011, após a sua auscultação .</p>	<p>Meta 2.3.1.- Elaborar e aprovar, em sede de Conselho Pedagógico dos planos de formação.</p>	<p>Articulação teórico-prática entre a formação (do pessoal docente e não docente) e a implementação do Projecto Educativo, do PAA e PCT.</p>
<p>Objectivo 2.4. Mobilizar toda a comunidade educativa no sentido da sua participação no Projecto Educativo e no Regulamento Interno construção, inculcando-lhe mais legitimidade, credibilidade e aceitação.</p>	<p>Meta 2.4.1.- Criação de diferentes plataformas de interacção comunicativa que substancializem criticamente as transformações dinâmicas subjacentes ao PEE e RI.</p>	<p>Balanço/avaliação efectuado pelos intervenientes.</p>

Objectivo 3: Promover a qualidade e a qualificação dos agentes da Escola		
Objectivos específicos	Metas	Indicadores de Medida
<p>Objectivo 3.1. Aumentar a qualidade e a qualificação dos agentes educativos (alunos, pais, professores e funcionários) no processo educativo.</p>	<p>Meta 3.1.1.- Realizar entre 80 a 90% das actividades e iniciativas previstas constantes nos PCT, PDCI e no PAA.</p> <p>Meta 3.1.2. – Envolver os pais e encarregados de educação em 50% das actividades previstas nos PCT, PDCI e PAA.</p>	<p>Balanço/avaliação da realização das iniciativas/ actividades.</p>
<p>Objectivo 3.2. Promover a articulação entre PEE e o Projecto Educativo Municipal.</p>	<p>Meta 3.2.1.- Relacionar, pelo menos, três actividades da Escola, inseridas nos PCT , PDCI e no PAA, com o Projecto Educativo Municipal.</p>	<p>Balanço/ avaliação da realização das iniciativas/ actividades.</p>
<p>Objectivo 3.3.- Melhorar os sistemas de seguranças instalados na Escola.</p> <p>Objectivo 3.3.1.- Criação do Gabinete de Segurança na Escola até ao final do ano lectivo 2010/2011.</p>	<p>Meta 3.3.1.- Activar o sistema de registo de gravação das câmaras colocadas na Escola salvaguardando a privacidade e liberdade dos seus utentes.</p> <p>Meta 3.3.2.-Realização mínima, por ano lectivo, de 3 exercícios periódicos de simulacro de evacuação.</p>	<p>Apreciação dos registos das diferentes acções bem como da sua adaptabilidade aos objectivos específicos e metas.</p>

Objectivo 4: Simplificar os Procedimentos a Nível da Organização		
Objectivos específicos	Metas	Indicadores de Medida
<p>Objectivo 4.1. Melhorar o processo de comunicação interna na Escola.</p>	<p>Meta 4.1.1.- Definir um referencial de desenvolvimento e melhoria dos processos comunicacionais da Escola enquanto organização.</p> <p>Meta 4.1.2. – Realizar entre 80 a 90% das actividades e iniciativas previstas constantes no PAA.</p>	<p>Elaboração do referencial pela Direcção e Serviços Administrativos, em articulação com os órgãos de estrutura intermédia e aprovação em sede do Conselho Pedagógico.</p> <p>Realização das iniciativas/actividades nos prazos previstos, com avaliação igual ou superior a Bom.</p> <p>Estudos efectuados e divulgados pelo GAP, em estreita colaboração com a directora e com o Conselho Pedagógico</p>
<p>Objectivo 4.2. Incentivar a utilização das TIC.</p>	<p>Meta 4.2.1. – Disponibilizar, através do portal da escola, meios possibilitadores da utilização das novas tecnologias.</p> <p>Meta 4.2.2. – Criação de equipas de apoio ao incentivo da utilização das TIC destinadas ao pessoal docente e não docente.</p>	<p>Plataforma <i>moodle</i>; Inquéritos e relatórios contextualizados.</p>
<p>Objectivo 4.3. Garantir a transparência e a boa sistematização dos processos administrativos.</p>	<p>Meta 4.3.1. – Reduzir os custos administrativos em emissão de documentos em 1,5% relativamente ao ano anterior.</p> <p>Meta 4.3.2. – Atingir um grau de satisfação dos utentes superior ao manifestado no presente ano lectivo</p>	<p>Inquéritos e relatórios contextualizados.</p>



10. – PLANO DE ACÇÃO

Concretizar-se-á nos Planos Plurianual e Anual de Actividades, definindo as actividades a propor e a respectiva calendarização.

11. – AVALIAÇÃO

O Projecto Educativo de Escola deverá ser avaliado em articulação com a avaliação do Projecto Curricular de Escola, no final de cada ano lectivo, tendo em vista a sua reformulação, após uma vigência de três anos e sempre que houver mudança de direcção.

12. – CONCLUSÃO

Sendo este um projecto em contínua construção, será a prática a ele subjacente, dos agentes que a integram, que dará nota marcante à sua concretização. Deseja-se que ele represente a vontade de todos e que se reflita na Escola que queremos construir.

13. – DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA

- Decreto-Lei nº75/2008, de 22 de Abril.
- Estatuto da Carreira Docente (Decreto-Lei nº75/2010, de 23 de Junho).
- Estatuto do Aluno (Lei nº39/2010, de 2 de Setembro).
- Carta Educativa Municipal.
- Documentação produzida pelo GAP, de Junho de 2010 – “Análise Interna da Escola”.
- Referenciais mencionados no ponto 2.2.

São João da Madeira,
Escola Secundária Serafim Leite,
23 de Novembro de 2010.

A Presidente do Conselho Geral

Maria Isabel Soares Amaral Fontoura



14. – ÍNDICE (com hiperligação para o texto/página)

1. – INTRODUÇÃO	1
2. – PRINCÍPIOS E VALORES	2
2.1. Conceitos estruturantes	2
2.2. Referências universais e nacionais	2
2.3. Compromisso social particular (da Escola Serafim Leite)	3
2.3.1. Constrangimentos	3
3. – ALGUMAS NOTAS HISTÓRICAS	3
4. – O Dr. SERAFIM LEITE	4
5. – SÃO JOÃO DA MADEIRA	5
5.1. Caracterização do meio	5
5.2. História e património	6
5.3. Equipamentos, instituições, associações culturais, desportivas e recreativas	7
5.4. Caracterização da população e actividades	8
6. – CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	11
6.1. Instalações	11
6.2. A oferta da escola (proponho que se retire este capítulo porque já consta do PCE – ou remeter para o PCE)	12
6.3. Protocolos	14
6.4. A componente humana	14
6.5. Análise da evolução do número de Alunos	15

6.6. Análise dos níveis de retenção/aprovação e absentismo	15
6.7. Análise dos níveis de indisciplina	16
6.7.1. Medidas correctivas	16
6.7.2. Medidas sancionatórias disciplinares	16
8. – OBJECTIVOS GERAIS	16
8.1. Garantir o sucesso educativo	16
8.2. Fomentar a Integração escola/comunidade	17
8.3. Promover a qualidade e a qualificação dos agentes da escola	17
8.4. Simplificar procedimentos organizacionais	17
9. – METAS DA ESCOLA	18
10. – PLANO DE ACÇÃO	20
11. – AVALIAÇÃO	20
12. – CONCLUSÃO	20
13. – DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA	20
14. – ÍNDICE	21